

Transição demográfica em duas regiões do sul do Brasil: casos do Corede Celeiro e AMEOSC

Demographic transition in two regions of southern Brazil: cases of Corede Celeiro and AMEOSC

Transición demográfica en dos regiones del sur de Brasil: casos de Corede Celeiro y AMEOSC

Recebido: 22/01/2021 | Revisado: 24/01/2021 | Aceito: 26/01/2021 | Publicado: 04/02/2021

Larissa Zanela Mendes

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9693-3689>

Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Brasil

E-mail: lary_zanela@hotmail.com

Thais Zanela Mendes

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4859-2554>

Universidade Federal do Pampa, Brasil

E-mail: thais_zanela@hotmail.com

Airton Adelar Mueller

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6270-5856>

Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Brasil

E-mail: airton.mueller@unijui.edu.br

Nelson José Thesing

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7123-0717>

Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Brasil

E-mail: nelson.thesing@unijui.edu.br

Romualdo Kohler

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2083-9279>

Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Brasil

E-mail: romualdo@unijui.edu.br

Resumo

Este artigo investiga o comportamento demográfico de duas regiões do sul do Brasil: a do Conselho Regional de Desenvolvimento (Corede Celeiro), no Rio Grande do Sul e a Associação dos Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina (AMEOSC), nos anos de 2000 e 2010. O estudo desdobra-se em três temáticas: a fecundidade, o envelhecimento e o padrão migratório. A intenção é verificar como está ocorrendo o processo de transição demográfica estabelecendo um comparativo entre as regiões e identificando possibilidades de ações para minimizar os efeitos dessa nova dinâmica. A pesquisa, que possui metodologia qualitativa, é de natureza descritivo-exploratória. Considerando que no ano de 2020 não houve a realização do Censo Demográfico em decorrência do novo Coronavírus, para o estudo foram utilizados os dados oriundos dos últimos dois Censos do IBGE, além de pesquisas anteriores sobre tais regiões. Como resultados, observou-se que a região Corede Celeiro teve uma perda populacional significativa, principalmente no quantitativo de crianças e de População Economicamente Ativa (PEA); já o segmento idoso aumentou, sinalizando um avançado processo de transição demográfica. Na região AMEOSC houve um aumento no número de habitantes, redução na fecundidade e crescimento no contingente de idosos, demonstrando também passar por um processo de transição demográfica, porém ainda mais intenso que a região Celeira. Verificou-se também uma significativa troca de população, fato que ressalta a relevância que a proximidade geográfica possui para o desenvolvimento regional.

Palavras-chave: Comportamento demográfico; Fecundidade; Envelhecimento; Migrações.

Abstract

This article investigates the demographic behavior of two regions in southern Brazil: that of the Regional Development Council (Corede Celeiro), in Rio Grande do Sul, and the Association of Municipalities in the Far West of Santa Catarina (AMEOSC), in the years 2000 and 2010. The study is divided into three themes: fecundity, aging and the migratory pattern. The intention is to verify how the demographic transition process is taking place by establishing a comparison between the regions and identifying possibilities for actions to minimize the effects of this new dynamic. The research, which has a qualitative methodology, is of a descriptive-exploratory nature. Considering that in the year 2020, there was no Demographic Census due to the new Coronavirus, for the study, data from the last two IBGE Censuses were used, in addition to previous research on such regions. As a result, it was observed that the Corede Celeiro region had a significant population loss, mainly in the number of children and Economically Active Population (PEA); the elderly segment increased, signaling an advanced demographic transition process. In the AMEOSC region, there was an increase in the number of inhabitants, a reduction in fecundity and an increase in the

number of elderly people, also demonstrating a process of demographic transition, although even more intense than Celeira region. It was also found that a significant exchange of population between the two regions, a fact that highlights the relevance that geographical proximity has for the regional development.

Keywords: Demographic behavior; Fecundity; Aging; Migrations.

Resumen

Este artículo investiga el comportamiento demográfico de dos regiones del sur de Brasil: la del Consejo de Desarrollo Regional (Corede Celeiro), en Rio Grande do Sul, y la Asociación de Municipios del Lejano Oeste de Santa Catarina (AMEOSC), en los años 2000 y 2010. El estudio se divide en tres temas: fecundidad, envejecimiento y patrón migratorio. La intención es verificar cómo se está dando el proceso de transición demográfica estableciendo una comparación entre las regiones e identificando posibilidades de acciones para minimizar los efectos de esta nueva dinámica. La investigación, que tiene una metodología cualitativa, es de carácter descriptivo-exploratorio. Teniendo en cuenta que en el año 2020 no ocurrió Censo Demográfico por el nuevo Coronavirus, para el estudio se utilizaron datos de los dos últimos Censos del IBGE, además de investigaciones previas en dichas regiones. Como resultado, se observó que la región del Corede Celeiro tuvo una importante pérdida de población, principalmente en el número de niños y población económicamente activa (PEA); el segmento de ancianos aumentó, lo que indica un proceso de transición demográfica avanzado. En la región AMEOSC, hubo un aumento en el número de habitantes, una reducción de la fecundidad y un aumento en el número de personas mayores, lo que también demuestra un proceso de transición demográfica, aunque más intenso que en la región Celeira. También se encontró que existe un importante intercambio de población entre las dos regiones, hecho que resalta la relevancia que tiene la proximidad geográfica para el desarrollo regional.

Palabras clave: Comportamiento demográfico; Fecundidad; Envejecimiento; Migraciones.

1. Introdução

Com o passar dos anos, o padrão demográfico do mundo vem se alterando rapidamente. Do século XIX até as décadas de 1940 e 1950, o Brasil apresentou um comportamento estável, com níveis de fecundidade e mortalidade relativamente altos e pequenas oscilações com tendência de queda. A partir dos anos 60, em âmbito geral, o número de filhos por família passou a reduzir intensamente; e, aliado aos avanços na medicina e saúde pública, que proporcionaram uma queda dos índices de mortalidade e aumentaram a expectativa de vida, tornou o fenômeno de transição demográfica brasileiro um dos mais rápidos do mundo quando comparado com os países desenvolvidos (Simões, 2016).

Muito embora esse processo tenha conquistado maior visibilidade nos últimos anos, continua sendo pouco entendido por grande parcela da sociedade, até mesmo pelos formuladores de políticas públicas sobre as suas consequências. A drástica mudança no padrão demográfico demonstra ser uma das mais significativas alterações na estrutura da sociedade brasileira, com modificações na pirâmide etária e diminuição do crescimento populacional, que de um lado, reflete no menor número de nascimentos, e de outro, no aumento da População Economicamente Ativa (PEA) e do segmento idoso (Simões, 2016).

De acordo com os Censos Demográficos de 2000 e 2010, dentre as Unidades da Federação, os estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina são os que tiveram os maiores valores de expectativa de vida, 72,4 anos e 76,9 anos respectivamente, sendo o primeiro já considerado o estado que possui o maior número de pessoas idosas no Brasil (Portal do Envelhecimento, 2018). Estima-se que Santa Catarina terá a maior expectativa de vida em 2060, com 84,4 anos e o Rio Grande do Sul com 83,9 anos (IBGE, 2018).

Outro elemento que compõe o âmbito dos estudos demográficos é a migração (Borges & Silva, 2015). Para Bandeira, Zuanazzi, Agranonik e Souza (2014), os deslocamentos populacionais, seja de um país para outro, ou entre regiões, estão enraizados na história da humanidade. Apesar disso, os estudos sobre esse tema são recentes, cujas pesquisas começaram a ser desenvolvidas ao final do século XIX, ainda muito incipientes. Nesse sentido, o estado de Santa Catarina se destaca na região Sul pelo alto poder de atrair população, com um crescimento de 50,9% nas trocas interestaduais. Isso significa que, entre os períodos de 2005 e 2010, 301.341 mil pessoas migraram para o estado, transformando-o na terceira Unidade da Federação mais procurada do Brasil. Entretanto, os municípios do extremo oeste catarinense apresentaram perda absoluta de população (Deschamps, 2014).

Em contraponto, o Rio Grande do Sul é um estado expulsor de pessoas, haja vista que possui baixo crescimento populacional e saldo migratório negativo desde a década de 1970. Vale ressaltar também que dentre as sete mesorregiões¹ do estado, apenas duas obtiveram saldo positivo no último Censo (Bandeira, Zuanazzi, Agranonik & Souza, 2014). Sabendo que as mesorregiões do Noroeste do Rio Grande do Sul e do Oeste de Santa Catarina são perdedoras população, essa pesquisa tem por objetivo analisar como está ocorrendo o processo de transição demográfica nas regiões do Conselho Regional de Desenvolvimento – Corede Celeiro², que pertence à mesorregião Noroeste Rio-grandense e abrange 21 municípios, e da Associação dos Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina – AMEOSC³, integrante da mesorregião Oeste Catarinense, contendo 19 municípios, estabelecendo um comparativo entre tais regiões, uma vez que estas possuem grande proximidade geográfica, bem como identificar possibilidades de ações que visem minimizar os efeitos dessa nova dinâmica.

2. Metodologia

Pautada pela metodologia qualitativa, a pesquisa proposta busca analisar duas regiões do Sul do Brasil: Corede Celeiro, Rio Grande do Sul e a Associação dos Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina, a partir do processo de transição demográfica. No que tange a natureza da pesquisa qualitativa, deve-se sempre lembrar que esta sofre influência da visão dos autores perante o tema, visto a necessidade de interpretação dos dados coletados (Pereira, Shitsuka, Parreira & Shitsuka, 2018). Assim, a investigação intenta verificar três grandes temáticas: a fecundidade, o envelhecimento e o padrão migratório destas regiões, considerando que se percebe a necessidade de estudos que caminhem na direção de avançar na discussão sobre as alterações na dinâmica demográfica que vem ocorrendo com o passar dos anos, para compreender o fenômeno com maior profundidade e produzir suportes teóricos que servirão para o desenvolvimento de pesquisas futuras.

Portanto, a pesquisa percorre caminhos identificados como qualitativos para explorar, descrever e explicar o comportamento demográfico das regiões escolhidas encontrando sustentabilidade nos estudos de Marconi e Lakatos (2012). A pesquisa descritiva, apontada por Oliveira (1997) permite pesquisas que evidenciam diferentes formas de manifestação do comportamento demográfico. Ainda, a pesquisa exploratória, segundo Gil (2012), pode ser realizada com o objetivo de proporcionar visão geral relacionada a um determinado fato, que nesse caso contempla a região Celeira e a Associação dos Municípios. Dessa forma, os estudos de cunho exploratório, descritivo e explicativo poderão auxiliar na busca do conhecimento para estabelecer maior familiaridade com o fenômeno, e para a obtenção de novas percepções (Cervo, 2007).

Haja vista que no ano de 2020 não foi realizado um novo Censo Demográfico em virtude da pandemia do novo Coronavírus, a pesquisa foi desenvolvida com as informações dos Censos de 2000 e 2010 realizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2000; 2010), com a finalidade de elucidar como está ocorrendo a transição demográfica em ambas as regiões, identificando possibilidades de ações para minimizar os efeitos da mesma.

3. Resultados e Discussão

3.1 Da fecundidade ao envelhecimento no Brasil e no mundo: panorama geral

Desde o século XX, o mundo experimenta uma série de modificações na sua dinâmica demográfica e alguns indicadores vem se alterando no decorrer do tempo. Toda essa mudança implicará, a longo prazo, importantes desafios a serem

¹O estado do Rio Grande do Sul, foi dividido geograficamente pelo IBGE (1990) em sete mesorregiões: Nordeste; Noroeste; Centro Ocidental; Centro Oriental; Metropolitana; Sudoeste; Sudeste.

²Os municípios são: Barra do Guarita, Bom Progresso, Braga, Campo Novo, Chiapetta, Coronel Bicaco, Crissiumal, Derrubadas, Esperança do Sul, Humaitá, Inhacorá, Miraguaí, Redentora, Santo Augusto, São Martinho, São Valério do Sul, Sede Nova, Tenente Portela, Tiradentes do Sul, Três Passos e Vista Gaúcha.

³Anchieta, Bandeirante, Barra Bonita, Belmonte, Descanso, Dionísio Cerqueira, Guaraciaba, Guarujá do Sul, Iporã do Oeste, Itapiranga, Mondaí, Palma Sola, Paraíso, Princesa, Santa Helena, São João do Oeste, São José do Cedro, São Miguel do Oeste e Tunápolis.

enfrentados pela sociedade (Ervatti, Borges & Jardim, 2015). As mudanças na fecundidade e mortalidade, além do aumento da expectativa da vida, projetam um envelhecimento significativo da população mundial. As transformações no comportamento reprodutivo percebidas principalmente no último século já são sentidas em alguns países desenvolvidos. O nível de fecundidade visto como natural – com um grande contingente de nascimentos – teve uma profunda queda, podendo não atingir o número tido como necessário para manter o tamanho da população no futuro. Um dos sinais desse processo de transição é o momento no qual as mulheres optam por ter filhos, que vem ocorrendo cada vez mais tarde e concentrados em algumas faixas etárias (Campos & Borges, 2015).

Ainda, para Campos e Borges (2015) a transição da fecundidade, aliado à redução dos índices de mortalidade, fomentou intensas modificações na estrutura etária e crescimento da população mundial, caracterizando um novo processo de transição demográfica. Significa que o avanço da medicina e da saúde pública – tanto no combate a doenças infecciosas e controle de epidemias, como na otimização das condições de alimentação – provocou o declínio da mortalidade nos primeiros anos de vida, expandindo a base da pirâmide e rejuvenescendo a população. Portanto, a partir do momento que o rendimento das famílias começou a crescer, principalmente pelo maior ingresso das mulheres ao mercado de trabalho e o acesso a métodos contraceptivos, a fecundidade iniciou uma progressiva queda nesta mesma base da pirâmide. Essa prática faz com que as faixas etárias mais velhas se tornem maiores com relação ao resto da população (Carneiro, Campino, Leite, Rodrigues, Santos, & Silva, 2013).

No mundo, a Taxa de Fecundidade Total (TFT) caiu de 4,91 filhos por mulher no ano de 1960 para 2,45 em 2010. Nos países com renda elevada, essa taxa passou de 2,99 filhos para 1,75, enquanto que em países de renda inferior, a TFT que era de 6,46 foi para 4,08 no mesmo período. Nos países desenvolvidos essa redução iniciou ainda no século XIX. Entretanto, nos países em desenvolvimento esse processo teve início apenas na segunda metade do século XX. Ainda que a redução nestes últimos seja tardia, está ocorrendo rapidamente, uma vez que entre 1960 e 2010 a fecundidade caiu em torno de 70%. Em países como a Inglaterra e Suécia foram necessários seis décadas para a taxa reduzir em 50%, entre 1870 e 1930 (Carneiro et al., 2013).

Já a esperança de vida ao nascer no mundo todo, que era 52,61 anos em 1960, passou para 69,63 em 2010, com diferenças relevantes entre os países. Nos países de baixa renda, a esperança de vida ao nascer em 2010 era de 58,84, ao passo que, nos países de alta renda, chegou a 79,76 anos (Carneiro et al., 2013). De acordo com a Organização das Nações Unidas (ONU, 2011), como consequência dessa transição o contingente de pessoas com sessenta anos ou mais, que em 1950 era de 8% da população mundial, passou para 11% em 2010 e continuará com tendência de crescimento, sendo de 17% em 2030 e 22% em 2050, segundo projeções.

Atualmente, diversas pesquisas sobre transição demográfica estão se concentrando na queda da fecundidade. Assim como nos demais países em desenvolvimento, houve a primeira redução do número de filhos por mulher durante o século XX. Até 1940, a fecundidade no Brasil teve uma lenta tendência de queda; após, estabilizou até a década de 60, momento que a taxa voltou a cair; entretanto, de forma mais intensa e acelerada. Nesse sentido, a taxa de fecundidade total, que em 1960 era de mais de 6 filhos por mulher, caiu para menos de 2 filhos em 2010 (IBGE, 2018). Outro elemento que influencia em tal dinâmica no Brasil é a desigualdade social; que por sua vez, também é espacial. Tendo em vista a alta concentração de renda no território, a redução na taxa de fecundidade se dá em velocidade distinta entre as Unidades da Federação. As regiões Sul e Sudeste já durante a década de 1940 apresentavam níveis de fecundidade menores que as regiões Norte e Nordeste (Campos & Borges, 2015).

As projeções indicam que haverá a continuidade do declínio da fecundidade nos próximos anos. A taxa, que foi estimada em média, a 2,32 filhos por mulher no ano de 2000, será de 1,66 filho em 2060. Com relação aos estados brasileiros, permanecerá a tendência de queda e um abrandamento das diferenças entre eles. Em virtude das desigualdades sociais entre as

regiões mencionadas anteriormente, e que possivelmente não serão sanadas em torno de duas décadas, acredita-se que em 2030 ainda não tenha ocorrido uma equiparação da fecundidade entre as Unidades da Federação. Aquelas regiões que possuíam níveis de fecundidade próximos em 2010, provavelmente continuarão desta forma (Campos & Borges, 2015).

Aliado à redução da fecundidade, o aumento da longevidade também altera a estrutura etária da população brasileira. No período que compreende o século XIX até a década de 1940, o cenário brasileiro foi marcado pelas altas taxas de natalidade e mortalidade. Desde então, com os debates sobre saúde pública e os avanços médicos, o Brasil passou a reverter esse quadro com uma redução das taxas, mas que levou cerca de 20 anos para diminuir pela metade sua taxa bruta de mortalidade. Diversas condutas foram tomadas com o objetivo de diminuição da mortalidade, tanto a infantil, quanto nas demais idades; que vão desde campanhas preventivas como a de vacinação, até a adoção do Programa Saúde da Família, que vigora em nosso país desde 1994, fortalecendo principalmente a atenção primária. Somado a isso, o aumento da escolaridade e renda, e melhorias no saneamento básico, resultaram na diminuição da mortalidade, refletindo no aumento da expectativa de vida (Albuquerque & Silva, 2015).

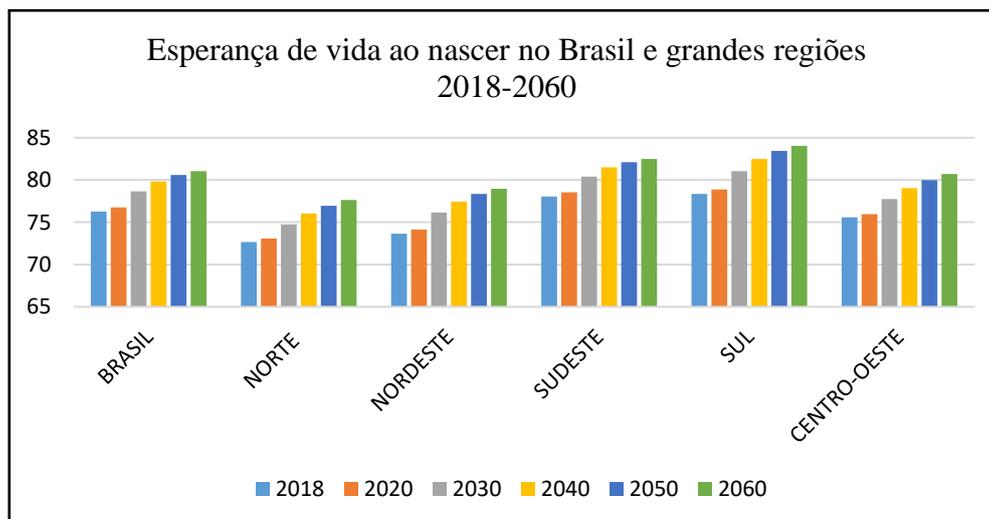
A partir da segunda metade do século XX, as doenças infecciosas e parasitárias se tornaram coadjuvantes nos agravos à saúde populacional, e as doenças crônico-degenerativas, acompanhadas do envelhecimento, tornam-se mais frequentes e são características do processo de transição epidemiológica. Sabe-se que a esperança de vida no Brasil permanece aumentando, mas atualmente poderia ser ainda maior, visto que existem mortes prematuras principalmente quando se fala do público adulto jovem. Apesar dos esforços não somente do governo, mas da sociedade como um todo para redução das taxas de mortalidade, a partir da década de 1980, houve um aumento nas mortes por causas externas, entre as quais podemos salientar os homicídios e acidentes de trânsito. Tais fatos ocasionam uma alteração negativa sobre as taxas de mortalidade nos adultos jovens, especialmente os do sexo masculino (Albuquerque & Silva, 2015).

O crescente aumento da população idosa e as consequências da nova dinâmica demográfica ainda são uma realidade muito recente e cheia de incertezas. Sendo assim, estes fatores estão impulsionando a expansão do conhecimento acerca dos aspectos que envolvem o envelhecimento humano. Não obstante, é possível perceber que a temática da longevidade vem ganhando cada vez mais atenção da sociedade e do meio acadêmico⁴, principalmente na busca por formas de preservação da convivência social, como também na reinserção profissional dos idosos (Ferreira, Costa, Robustelle, Ferst & Guerreiro, 2020).

O Gráfico 1, a seguir, apresenta a esperança de vida ao nascer, que crescerá em todas as regiões do país, com destaque para a região Sul que terá uma média de 84,04 anos em 2060, conforme o horizonte das projeções. Esse fato poderá resultar em assimetrias no desenvolvimento econômico, mesmo com a tendência de redução estando presente em todas elas. Outro aspecto que chama atenção são os dados referentes ao quantitativo de população. Conforme o IBGE (2018), o Brasil poderá chegar a 233,2 milhões de habitantes até 2047, e decrescer nos anos seguintes, regredindo para 228,3 milhões em 2060; valor que terá uma proporção muito maior de idosos e causará forte impacto na População Economicamente Ativa (PEA), considerando que o grupo etário com 40 anos ou mais será consideravelmente maior que as faixas mais jovens (Brasil, 2018).

⁴ Ver mais estudos relacionados ao envelhecimento humano em Costa, Pissaia, Ferla, Moccelin, Rehfeldt e Moreschi (2018) e Tomé e Formiga (2020).

Gráfico 1. Esperança de vida ao nascer no Brasil e grandes regiões 2018-2060.



Fonte: Autores, com base no IBGE. Diretoria de pesquisas. Coordenação de população e indicadores sociais (2018).

O aumento do número de pessoas idosas somado à diminuição de nascimentos, pelo viés econômico, representa menos pessoas em idade ativa (15 a 64 anos) para custear a população inativa (0 a 14 anos e 65 anos ou mais). No Brasil, atualmente, há 1 idoso para cada 10 pessoas em idade ativa. Em 2050 esse dado cairá drasticamente, sendo 1 idoso para cada 3 pessoas em idade ativa, sobrecarregando a força de trabalho existente, e que também estará sentindo os efeitos da alteração da pirâmide, haja vista que a PEA também acompanhará o processo de envelhecimento, segundo Oliveira (2016).

3.2 A fecundidade e o envelhecimento nas regiões do Corede Celeiro e AMEOSC

As Tabelas 1 e 2 registram a relação dos municípios com seus respectivos dados do Censo Demográfico de 2000 e 2010.

Tabela 1. Dados censitários da região Corede Celeiro 2000-2010.

Região Corede Celeiro	Censo 2000	Censo 2010	Diferença	Percentual
Barra do Guarita	2.987	3.089	102	3,4%
Bom Progresso	2.831	2.328	-503	-17,8%
Braga	4.198	3.702	-496	-11,8%
Campo Novo	6.721	5.459	-1.262	-18,8%
Chiapetta	4.481	4.044	-437	-9,7%
Coronel Bicaco	8.435	7.748	-687	-8,5%
Crissiumal	15.180	14.084	-1.096	-7,2%
Derrubadas	3.715	3.190	-525	-14,1%
Esperança do Sul	3.755	3.272	-483	-12,9%
Humaitá	5.228	4.919	-309	-5,9%
Inhacorá	2.378	2.267	-111	-4,7%
Miraguaí	5.034	4.855	-179	-3,6%
Redentora	8.846	10.222	1.376	15,6%
Santo Augusto	14.426	13.968	-458	-3,2%
São Martinho	6.321	5.773	-548	-8,7%
São Valério do Sul	2.625	2.647	22	0,8%
Sede Nova	3.208	3.011	-197	-6,1%
Tenente Portela	14.343	13.719	-624	-4,4%
Tiradentes do Sul	7.497	6.461	-1.036	-13,8%
Três Passos	24.656	23.965	-691	-2,8%
Vista Gaúcha	2.725	2.759	34	1,3%
Total	149.590	141.482	-8.108	-5,4%

Fonte: Autores, com base nos Censos Demográficos do IBGE (2000; 2010).

Em primeira análise, é possível observar uma diminuição de 5,4% no número de habitantes da região do Corede Celeiro, corroborando com os resultados de Bandeira et al. (2014) expostos na introdução deste trabalho no que se refere à perda de população. Apenas 4 dos 21 municípios tiveram ganhos populacionais, com destaque para Redentora que teve um crescimento de 15,6%. O município que mais perdeu população entre 2000 e 2010 foi Campo Novo, o que em termos percentuais representou 18,8%.

No geral, a região AMEOSC teve um saldo positivo de 3,5% a mais. Dentre os 19 municípios, 8 perderam população, com destaque para Paraíso, que teve um saldo negativo de 14,9%. O município que mais apresentou crescimento foi Mondai, com 17,2% a mais de habitantes, demonstrando alinhamento com a pesquisa de Deschamps (2014), na qual indica que o estado de Santa Catarina como um todo vem ganhando população. Mas, quando se analisa mais de perto os dados dos municípios, percebe-se que aqueles localizados no extremo oeste têm diminuído o seu contingente; claramente não são a maioria das cidades da região, mas da mesma forma configuram situação de perda, não tão acentuada como o caso da região Corede Celeiro. Tais dados estão expostos na Tabela 2.

Tabela 2. Dados censitários da região AMEOSC 2000-2010.

Região AMEOSC	Censo 2000	Censo 2010	Diferença	Percentual
Anchieta	7.133	6.380	-753	-10,6%
Bandeirante	3.177	2.906	-271	-8,5%
Barra Bonita	2.118	1.878	-240	-11,3%
Belmonte	2.418	2.635	217	8,9%
Descanso	8.528	8.634	106	1,2%
Dionísio Cerqueira	14.250	14.811	561	3,9%
Guaraciaba	11.038	10.498	-540	-4,9%
Guarujá do Sul	4.696	4.908	212	4,5%
Iporã do Oeste	7.877	8.409	532	6,8%
Itapiranga	13.998	15.409	1.411	10,08%
Mondaí	8.728	10.231	1.503	17,2%
Palma Sola	8.206	7.765	-441	-5,4%
Paraíso	4.796	4.080	-716	-14,9%
Princesa	2.613	2.758	145	5,6%
Santa Helena	2.588	2.382	-206	-7,9%
São João do Oeste	5.789	6.036	247	4,3%
São José do Cedro	13.678	13.684	6	0,04%
São Miguel do Oeste	32.324	36.306	3.982	12,3%
Tunápolis	4.777	4.633	-144	-3%
Total	158.732	164.343	5.611	3,5%

Fonte: Autores, com base nos Censos Demográficos do IBGE (2000; 2010).

Nas Tabelas 3 e 4, encontram-se os dados referentes ao número de crianças de 0 a 14 anos entre os anos de 2000 e 2010. Conforme os dados expostos a seguir, entre os anos de 2000 e 2010 praticamente todos os municípios tiveram uma redução significativa no número de crianças de 0 a 14 anos, seguindo a tendência brasileira de queda na fecundidade. Da região Corede Celeiro, as diminuições mais relevantes foram em Bom Progresso com -43,9%, seguido de Campo Novo, com -42%. O único município que aumentou seu percentual de crianças – mesmo que relativamente pouco –, foi Redentora em 2,3%. A região como um todo teve uma redução de 24,4% do contingente de crianças e adolescentes.

Tabela 3. Dados dos Municípios do Corede Celeiro: crianças de 0 a 14 anos.

Municípios da região Corede Celeiro	Crianças de 0 a 14 anos em 2000	Crianças de 0 a 14 anos em 2010	Diferença	Percentual
Barra do Guarita	888	729	-159	-17,9%
Bom Progresso	887	497	-390	-43,9%
Braga	1.211	850	-361	-29,8%
Campo Novo	2.079	1.205	-874	-42,0%
Chiapetta	1.200	864	-336	-28,0%
Coronel Bicaco	2.502	1.783	-719	-28,7%
Crissiumal	3.775	2.669	-1.106	-29,3%
Derrubadas	1.052	715	-337	-32,0%
Esperança do Sul	976	595	-381	-39,0%
Humaitá	1.241	862	-379	-30,5%
Inhacorá	709	504	-205	-28,9%
Miraguaí	1.433	1.061	-372	-25,9%
Redentora	3.321	3.398	77	2,3%
Santo Augusto	3.884	2.804	-1.080	-27,8%
São Martinho	1.449	995	-454	-31,3%
São Valério do Sul	839	753	-86	-10,3%
Sede Nova	832	642	-190	-22,8%
Tenente Portela	4.242	3.333	-909	-21,4%
Tiradentes do Sul	1.983	1.337	-646	-32,6%
Três Passos	6.012	4.331	-1.681	-27,9%
Vista Gaúcha	731	520	-211	-28,9%
Total	40.246	30.447	-9.799	-24,4%

Fonte: Autores, com base nos Censos Demográficos do IBGE (2000; 2010).

Tabela 4. Dados dos municípios da AMEOSC: crianças de 0 a 14 anos.

Municípios AMEOSC	Crianças de 0 a 14 anos em 2000	Crianças de 0 a 14 anos em 2010	Diferença	Percentual
Anchieta	2.272	1.458	-814	-35,8%
Bandeirante	978	620	-358	-36,6%
Barra Bonita	624	411	-213	-34,1%
Belmonte	782	580	-202	-25,8%
Descanso	2.536	1.645	-891	-35,1%
Dionísio Cerqueira	4.610	3.770	-840	-18,2%
Guaraciaba	3.016	1.966	-1.050	-34,8%
Guarujá do Sul	1.361	956	-405	-29,8%
Iporá do Oeste	2.233	1.743	-490	-21,9%
Itapiranga	4.218	3.309	-909	-21,6%
Mondaí	2.427	1.990	-437	-18,0%
Palma Sola	2.867	2.003	-864	-30,1%
Paraíso	1.519	909	-610	-40,2%
Princesa	808	606	-202	-25,0%
Santa Helena	773	468	-305	-39,5%
São João do Oeste	1.598	1.055	-543	-33,9%
São José do Cedro	3.946	2.906	-1.040	-26,4%
São Miguel do Oeste	8.976	7.127	-1.849	-20,6%
Tunápolis	1.323	935	-388	-29,3%
Total	46.867	34.457	-12.410	-26,5%

Fonte: Autores, com base nos Censos Demográficos do IBGE (2000; 2010).

A região AMEOSC, em sua totalidade, diminuiu cerca de 26,5% do contingente de crianças de 0 a 14 anos no período que compreende 2000 a 2010. Se olharmos individualmente para cada município é possível perceber que esse comportamento se repetiu, haja vista que absolutamente todos os municípios tiveram redução neste segmento, sinalizando uma intensa queda na fecundidade assim como na região Corede Celeiro. Em termos percentuais, os municípios que tiveram as maiores reduções foram Paraíso com -40,2% e Santa Helena com -39,5%. Os municípios que menos tiveram redução deste grupo etário foram Mondai com -18,0% e Dionísio Cerqueira com -18,2%.

Esses dados evidenciam em primeiro lugar uma queda significativa na fecundidade destas duas regiões, uma vez que as famílias estão optando por ter menos filhos. De acordo com Oliveira (2016), essa diminuição no quantitativo de crianças e adolescentes poderia refletir na melhor oferta de serviços educacionais prestados pelos estados, considerando que seria necessário um menor dispêndio de recursos humanos, materiais, financeiros e de infraestrutura; e dessa forma, a educação teria maior qualidade. No entanto, sabe-se também que o inverso poderá acontecer, que é o sucateamento do ensino público e o fechamento de diversas unidades escolares devido ao esvaziamento do contingente de alunos, o que poderá até mesmo restringir o acesso de muitas crianças e adolescentes ao ambiente escolar, principalmente quando se constata que alguns estados brasileiros passam por sérias crises financeiras, como é o caso do Rio Grande do Sul.

Outro aspecto levantado pelos autores trazidos no decorrer deste artigo, é que o reduzido número de crianças e adolescentes poderá não ser suficiente para a reposição que compensaria o aumento da população idosa, que é de 2,1 filhos por mulher, diminuindo e sobrecarregando a população economicamente ativa. A seguir, nas Tabelas 5 e 6 estão as informações sobre o segmento idoso das regiões estudadas.

Tabela 5. População com 65 anos ou mais do Corede Celeiro 2000-2010.

Municípios da região Corede Celeiro	65 anos ou mais em 2000	65 anos ou mais em 2010	Diferença	Percentual
Barra do Guarita	228	286	58	25,4%
Bom Progresso	199	252	53	26,6%
Braga	368	396	28	7,6%
Campo Novo	490	572	82	16,7%
Chiapetta	319	425	106	33,2%
Coronel Bicaco	612	787	175	28,6%
Crissiumal	1.381	1844	463	33,5%
Derrubadas	310	342	32	10,3%
Esperança do Sul	380	478	98	25,8%
Humaitá	503	592	89	17,7%
Inhacorá	191	236	45	23,6%
Miraguai	456	574	118	25,9%
Redentora	654	805	151	23,1%
Santo Augusto	948	1.427	479	50,5%
São Martinho	533	756	223	41,8%
São Valério do Sul	195	233	38	19,5%
Sede Nova	278	316	38	13,7%
Tenente Portela	1.177	1.440	263	22,3%
Tiradentes do Sul	673	829	156	23,2%
Três Passos	2090	2.836	746	35,7%
Vista Gaúcha	240	291	51	21,3%
Total	12.225	15.717	3.492	28,6%

Fonte: Autores, com base nos Censos Demográficos do IBGE (2000; 2010).

Como se pode verificar na Tabela 5, ao contrário da fecundidade que está reduzindo, o envelhecimento nas localidades pertencentes ao Corede Celeiro está avançando. O quantitativo de idosos aumentou, totalizando 28,6% em toda a região. Alguns municípios tiveram percentuais de crescimento muito similares; mas Santo Augusto e São Martinho se destacam com 50,5% e 41,8% de aumento, respectivamente. Ou seja, estes municípios praticamente dobraram o número de idosos no período de 10 anos. Braga teve o menor crescimento, totalizando 7,6%.

Tabela 6. População com 65 anos ou mais AMEOSC 2000-2010.

Municípios AMEOSC	65 anos ou mais em 2000	65 anos ou mais em 2010	Diferença	Percentual
Anchieta	431	611	180	41,8%
Bandeirante	232	334	102	44,0%
Barra Bonita	146	213	67	45,9%
Belmonte	166	273	107	64,5%
Descanso	627	911	284	45,3%
Dionísio Cerqueira	825	1.324	499	60,5%
Guaraciaba	777	1.059	282	36,3%
Guarujá do Sul	376	508	132	35,1%
Iporá do Oeste	504	747	243	48,2%
Itapiranga	746	1.140	394	52,8%
Mondaí	626	836	210	33,5%
Palma Sola	389	564	175	45,0%
Paraíso	282	435	153	54,3%
Princesa	159	244	85	53,5%
Santa Helena	165	224	59	35,8%
São João do Oeste	417	612	195	46,8%
São José do Cedro	823	1.278	455	55,3%
São Miguel do Oeste	1.832	2.928	1.096	59,8%
Tunápolis	290	443	153	52,8%
Total	9.813	14.684	4.871	49,6%

Fonte: Autores, com base nos Censos Demográficos do IBGE (2000; 2010).

Analisando os dados da região AMEOSC, observa-se que o envelhecimento está acontecendo de forma ainda mais acelerada do que na região Corede Celeiro: aumentou em 49,6% o número de pessoas com 65 anos ou mais. Belmonte se destaca como o município que teve um crescimento de 64,5%, o maior percentual de toda a região. Dionísio Cerqueira aparece em segundo lugar, com um aumento de 60,5%. O município que menos cresceu o segmento idoso foi Mondaí, com 33,5%; além disso, também é o município que menos reduziu o contingente de crianças de 0 a 14 anos, demonstrando que o processo de transição demográfica está ocorrendo em um ritmo um pouco mais lento comparado aos demais municípios.

O aumento da longevidade em ambas as regiões já pode ser percebido e demonstra o quão importante é abrir espaço para discussão sobre o tema, buscando estimular a sociedade e o poder público a pensar ações e políticas públicas que contemplem as necessidades deste segmento que tende a crescer ainda mais, principalmente quando se constata que os estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina terão as maiores expectativas de vida, assim como já possuem uma grande proporção de pessoas idosas no total da população.

Isso envolve repensar a saúde pública nos âmbitos municipais e regionais, visto que a incidência de doenças crônicas não transmissíveis serão mais frequentes entre os casos ambulatoriais juntamente com o prolongamento do período das internações hospitalares, o que aumentará consideravelmente os gastos públicos (Oliveira, 2016). Além disso, ampliar a rede de atendimentos das unidades básicas de saúde dos municípios será de fundamental importância, para que grande parte dos

problemas de saúde sejam solucionados nos atendimentos de baixa e média complexidade, visando diminuir as frequentes idas dos idosos aos hospitais e unidades de pronto atendimento.

3.3 O reflexo da transição demográfica na PEA das regiões

3.3.1 O Rio Grande do Sul e a região do Corede Celeiro

Como visto, a queda na fecundidade e o envelhecimento são aspectos que estão modificando a dinâmica demográfica brasileira; dessa forma, a população economicamente ativa poderá sentir em breve os efeitos dessa transformação. A PEA configura a faixa etária de 15 a 64 anos, idade na qual as pessoas são consideradas aptas a trabalhar. Segue abaixo, na Tabela 7, a PEA do Corede Celeiro dos anos 2000 e 2010:

Tabela 7. População Economicamente Ativa do Corede Celeiro 2000-2010.

Municípios da região Corede Celeiro	PEA (15 a 64 anos) em 2000	PEA (15 a 64 anos) em 2010	Diferença	Percentual
Barra do Guarita	1.871	2.074	203	10,9%
Bom Progresso	1.745	1.579	-166	-9,5%
Braga	2.619	2.456	-163	-6,2%
Campo Novo	4.152	3.682	-470	-11,3%
Chiapetta	2.962	2.755	-207	-6,9%
Coronel Bicaco	5.321	5.178	-143	-2,7%
Crissiumal	10.024	9.571	-453	-4,5%
Derrubadas	2.353	2.133	-220	-9,4%
Esperança do Sul	2.399	2.199	-200	-8,3%
Humaitá	3.484	3.456	-28	-0,8%
Inhacorá	1.478	1.527	49	3,3%
Miraguaí	3.145	3.220	75	2,4%
Redentora	4.871	6.019	1.148	23,6%
Santo Augusto	9.594	9.737	143	1,5%
São Martinho	4.339	4.022	-317	-7,3%
São Valério do Sul	1.591	1.661	70	4,4%
Sede Nova	2.098	2.053	-45	-2,1%
Tenente Portela	8.924	8.946	22	0,3%
Tiradentes do Sul	4.841	4.295	-546	-11,3%
Três Passos	16.554	16.798	244	1,5%
Vista Gaúcha	1.754	1.948	194	11,1%
Total	96.119	95.309	-810	-0,8%

Fonte: Autores, com base nos Censos Demográficos do IBGE (2000; 2010).

A região, no geral, diminuiu cerca de 0,84% da sua população em idade ativa no período temporal exposto. Dos 21 municípios pertencentes à região, 12 tiveram um decréscimo da PEA. As maiores reduções foram de Campo Novo e Tiradentes do Sul, ambos com 11,3% a menos de população; já o município que menos perdeu foi Humaitá, com -0,8%. Entre os municípios que aumentaram seu quantitativo de pessoas economicamente ativas, Redentora teve um crescimento de 23,6%. Este mesmo município também aumentou a sua população total, bem como o número de crianças. Tal fato poderia ser explicado por dois motivos: a) as famílias estão preferindo ter mais filhos; ou b) pode estar ocorrendo um maior fluxo migratório de entrada do que de saída para esta localidade. Já o município que teve o menor crescimento neste contingente foi Tenente Portela, com 0,3%;

Voltando à Tabela 1 – que traz os dados dos Censos de 2000 e 2010 do Corede Celeiro – já foi observado que a região como um todo teve uma perda expressiva de população. É sabido que uma das motivações para esta perda se dá em virtude dos deslocamentos populacionais. Dentre as razões que levam as pessoas a migrar para outras localidades estão as questões econômicas, sociais, políticas (como exemplo, as pessoas em situação de refúgio) e até mesmo climáticas (os desastres naturais). Assim, passa-se a buscar melhores condições de vida e acesso ao mercado de trabalho (Bandeira et al., 2014).

O estado do Rio Grande do Sul, até os anos 1940 tinha taxa de crescimento acima da média do país todo. Desde década de 50, esse quadro se inverteu e o crescimento populacional brasileiro tem sido inferior, devido ao aumento das emigrações no estado aliado a queda na taxa de fecundidade. A partir os anos 1970, o Rio Grande do Sul passou a obter saldos migratórios⁵ negativos. Isso significa que o fluxo migratório de saída da população é maior que o de entrada. No Censo de 2010 o RS chegou a uma população de 10,69 milhões de habitantes e possuía o quinto maior Produto Interno Bruto (PIB) per capita do Brasil, ficando atrás do Distrito Federal, São Paulo, Rio de Janeiro e Santa Catarina. O setor de serviços representava a maior parte da produção total (62,1%), seguido da indústria (29,2%) e a agropecuária (8,7%).

A partir de agora, utilizaremos a divisão geográfica estabelecida por Bandeira et al. (2014) para esmiuçar de maneira mais clara os dados sobre o Rio Grande do Sul e do Corede Celeiro. A divisão utilizada pelos autores fragmenta o estado em sete mesorregiões⁶, e a mesorregião que abrange o Corede Celeiro - além de outros municípios - é a Noroeste Rio-grandense, e possui a segunda maior população do estado. Tal mesorregião tem a economia baseada na produção de soja e milho, além de pequenas propriedades familiares, tendo uma participação no setor agropecuário em 19,1% no PIB estadual (Bandeira et al., 2014).

Ainda de acordo com Bandeira et al. (2014, p. 260), entre 1986 e 1991 o Rio Grande do Sul apresentou um saldo migratório negativo de 24.6 mil pessoas, aumentando para 39.5 mil no período de 1995 e 2000 e quase dobrou este valor entre 2005 e 2010, chegando a 74.7 mil. Os autores demonstram que o fluxo migratório – que é a soma dos imigrantes e emigrantes – aumentou de 253.2 mil para 279.9 mil entre 1986 e 2010. Entretanto, o número de emigrantes cresceu de 138.9 mil para 177.3 mil, enquanto que o número de imigrantes reduziu de 114.3 mil para 102.6 mil neste mesmo período.

Bandeira et al. (2014) também apontam em seu estudo que, das sete mesorregiões do RS, cinco obtiveram saldo migratório negativo nos períodos de 1986-1991, 1995-2000 e 2005-2010: Noroeste Rio-grandense, Sudoeste Rio-grandense, Centro Ocidental Rio-grandense, Sudeste Rio-grandense e a Metropolitana de Porto Alegre. As mesorregiões que tiveram saldo positivo foram a Nordeste Rio-grandense e a Centro Oriental Rio-grandense. Vale salientar que a Mesorregião Metropolitana de Porto Alegre que, historicamente concentrou e atraiu população por ser mais urbanizada e industrializada, está passando por um processo inverso, cujo saldo migratório vem regredindo nos últimos Censos, tendo em vista que entre 1986 e 1991 teve um saldo positivo de 103.92 mil pessoas, e foi para um saldo negativo de 2.57 mil entre 2005 e 2010.

A Mesorregião Noroeste Rio-grandense foi a que mais perdeu população em todos os anos em questão, fato que pode ser percebido na análise dos municípios que compõem a região Corede Celeiro e também fazem parte desta mesorregião. Entre 1986-1991, o saldo migratório foi de -114.497 mil habitantes que evadiram daquela localidade. Nos anos que seguem, foi progressivamente reduzindo o saldo negativo, passando para -99.66 mil, e -50.74 mil entre 2005-2010. Bandeira et al. (2014) argumentam que a mesorregião, por possuir uma economia baseada primordialmente na agropecuária, existe uma maior tendência de perda populacional por meio da migração para outras localidades com mercado de trabalho mais diversificado.

⁵“Em termos de impacto populacional, o saldo migratório expresso, também, o resultado da dinâmica da população no território e de sua influência sobre a população residente. O saldo migratório está relacionado ao acréscimo ou decréscimo de população na estrutura demográfica local (de destino e de origem)” (Jardim & Ervatti, 2015, p. 102-103).

⁶São elas: Mesorregião Noroeste Rio-grandense, Nordeste Rio-grandense, Centro Ocidental Rio-grandense, Centro Oriental Rio-grandense, Metropolitana de Porto Alegre, Sudoeste Rio-grandense e Sudeste Rio-grandense.

No que diz respeito às migrações entre as mesorregiões do estado, o quantitativo de pessoas que mudaram de uma mesorregião para a outra reduziu. Entre 1986-1991, se deslocaram cerca de 302.6 mil pessoas, caindo para 261.4 mil entre 2005-2010. Ainda assim, a maior tendência de deslocamento foi de pessoas cujas mesorregiões possuem participação mais significativa no PIB a partir da agropecuária – a Sudoeste e Noroeste – para aquelas com atividade econômica mais industrializada, que são as Mesorregiões Metropolitana de Porto Alegre e Nordeste. Percebe-se que a Mesorregião Noroeste Rio-grandense perde bastante população por meio dos deslocamentos internos ao estado; entretanto, tem apresentado uma leve tendência de queda, passando de um saldo migratório de -83.16 mil pessoas para -25.32 mil entre 1986 e 2010. Bandeira et al. (2014, p. 264) afirmam que “suas principais perdas por migração foram para a Região Metropolitana de Porto Alegre e para a Nordeste”.

No que diz respeito às migrações das mesorregiões gaúchas para outros estados do Brasil, com base nos dados expostos no estudo de Bandeira et al. (2014, p. 266), verifica-se que entre 1995-2000 apenas uma mesorregião obteve saldo migratório positivo (Nordeste Rio-grandense), ao passo que entre 2005-2010 todas as mesorregiões, sem exceção, tiveram saldos negativos, ou seja, estão ocorrendo mais emigrações de habitantes para outros estados, do que imigrações para o RS. A Mesorregião Noroeste Rio-grandense teve perdas expressivas nos três períodos analisados, apesar de terem relativamente diminuído com o passar do tempo. Outro detalhe que chama atenção é que a Mesorregião Metropolitana de Porto Alegre apresentou o maior saldo negativo entre 2005-2010, indicando que os habitantes estão preferindo outros estados para residir. Basicamente, a Mesorregião Noroeste exporta pessoas para outras mesorregiões do estado e para fora dele também, enquanto que a Mesorregião Metropolitana atrai população de outras mesorregiões, mas exporta para outros estados, não retendo sua população.

Bandeira et al. (2014) apontam que grande parte da perda populacional que o RS teve, foi em decorrência de trocas migratórias com os outros dois estados da Região Sul – Santa Catarina e Paraná – que totaliza 87% do saldo negativo do Censo de 2010, onde o estado de Santa Catarina levou em torno de 60 mil habitantes a migrarem, o que em dados percentuais totaliza 80,7% da perda. As mesorregiões que mais exportaram pessoas para lá foram a Metropolitana de Porto Alegre e a Noroeste Rio-grandense. Uma das explicações das perdas populacionais dos municípios do Corede Celeiro pode ser em decorrência da proximidade geográfica com os municípios do estado de Santa Catarina, facilitando os processos migratórios. O inverso também acontece: cerca de 40% dos imigrantes do Noroeste gaúcho vêm do estado vizinho.

3.3.2 Santa Catarina e a região AMEOSC

Como já visto, o processo de transição demográfica nos municípios da região AMEOSC, onde se teve uma redução maior de crianças e um crescimento expressivo de pessoas idosas, quando comparado com os dados da região Corede Celeiro. Sendo assim, na tabela 8 se encontram os dados da população economicamente ativa no período de 2000 e 2010:

Tabela 8. População Economicamente Ativa da AMEOSC 2000-2010.

Municípios AMEOSC	PEA (15 a 64 anos) em 2000	PEA (15 a 64 anos) em 2010	Diferença	Percentual
Anchieta	4.436	4.311	-125	-2,8%
Bandeirante	1.967	1.949	-18	-0,9%
Barra Bonita	1.348	1.254	-94	-7,0%
Belmonte	1.640	1.782	142	8,7%
Descanso	5.265	6.078	813	15,4%
Dionísio Cerqueira	8.815	9.717	902	10,2%
Guaraciaba	7.245	7.473	228	3,1%
Guarujá do Sul	2.959	3.444	485	16,4%
Iporã do Oeste	5.140	5.919	779	15,2%
Itapiranga	9.034	10.930	1.896	21,0%
Mondaí	5.675	7.435	1.760	31,0%
Palma Sola	4.950	5.198	248	5,0%
Paraíso	2.995	2.736	-259	-8,6%
Princesa	1.646	1.908	262	15,9%
Santa Helena	1.650	1.690	40	2,4%
São João do Oeste	3.774	4.369	595	15,8%
São José do Cedro	8.909	9.500	591	6,6%
São Miguel do Oeste	21.516	26.251	4.735	22,0%
Tunápolis	3.164	3.255	91	2,9%
Total	102.128	115.199	13.071	12,8%

Fonte: Autores, com base nos Censos Demográficos do IBGE (2000; 2010).

Apenas 4 municípios, de 19, apresentaram uma pequena diminuição na sua PEA. O município que mais decresceu o contingente de 15 a 64 anos foi Paraíso, com -8,6%; o que menor reduziu foi Bandeirante com -0,9%. Em contraponto, o município que mais aumentou este grupo etário foi Mondaí, com 31% a mais, enquanto que Santa Helena foi o município que teve um crescimento muito pequeno, de 2,4%. No geral, a região aumentou cerca de 12,8% a sua força de trabalho, podendo ser pelo fato dos municípios ainda não estarem sentido os efeitos da queda na fecundidade tão profundamente, apesar de já ocorrer ali um processo avançado de transição demográfica – o que provavelmente se refletirá mais adiante, no próximo Censo Demográfico – e/ou pelas migrações.

De acordo com Deschamps (2014, p. 227), “o estado de Santa Catarina é considerado como um espaço bastante atrativo em termos populacionais, com taxas de crescimento acima das médias nacional e regional”. Mesmo sendo o estado de Santa Catarina com o menor número de habitantes da Região Sul do Brasil, vem ganhando população no decorrer das últimas décadas, além de apresentar o terceiro maior saldo migratório positivo entre 2005 e 2010, ficando atrás apenas de São Pulo e Goiás. Agora, para exemplificar o caso do estado de Santa Catarina, será utilizada a divisão geográfica apresentada por Deschamps (2014).

Santa Catarina possui um arranjo produtivo definido pela especialização regional, onde cada região se destaca em algum setor. Contudo, desde a década de 80 tem-se percebido uma intensa concentração populacional nos municípios localizados no litoral, principalmente das Mesorregiões⁷ Vale do Itajaí, Grande Florianópolis e Norte Catarinense. Esse processo está atrelado ao êxodo rural e ao enfraquecimento da agricultura familiar. Assim, em torno de 98 dos 293 municípios de Santa Catarina demonstraram crescimento negativo, ou seja, mais pessoas emigraram do que imigraram; e muitos destes estão localizados no extremo oeste do estado, onde se encontram os municípios da AMEOSC, isto é, na Mesorregião Oeste

⁷O estado de Santa Catarina é dividido em seis mesorregiões: Oeste Catarinense, Norte Catarinense, Serrana, Vale do Itajaí, Grande Florianópolis e Sul Catarinense.

Catarinense. Os municípios que mais apresentaram crescimento populacional estão concentrados no litoral (Deschamps, 2014).

Significa que nos últimos anos, as Mesorregiões Grande Florianópolis, Norte Catarinense e Vale do Itajaí tiveram intenso crescimento, com taxas superiores à média estadual. As outras mesorregiões obtiveram crescimento menor, onde grande parte dos municípios do extremo oeste apresentaram maior emigração, o que inclui os municípios da região AMEOSC, que já demonstram um processo de transição demográfica mais avançado, com menor quantitativo de crianças – indicando queda na fecundidade – e aumento da população idosa. Deschamps (2014) chama atenção para a estrutura da população e o potencial produtivo que se encontra em SC: cerca de 71,3% da população residente possuía no ano de 2010 entre 15 e 64 anos (PEA), ao mesmo tempo que a média em todo o Brasil era de 68,5%.

Essa característica, por si só, já é indicativa de atratividade populacional, já que as migrações possuem forte relação com as etapas do ciclo de vida dos indivíduos. A fase em que esse fenômeno é mais intenso se relaciona ao processo laboral no início da idade adulta, sinalizando deslocamentos motivados pela busca de emprego e renda” (Deschamps, 2014, p. 233).

Quando se observa os dados econômicos, resta transparente a importância da porção litorânea de SC. Pelo menos 69% de todo o PIB estadual no ano de 2011 saiu das mesorregiões Grande Florianópolis, Norte Catarinense e Vale do Itajaí, enquanto que nas regiões Serrana, Oeste e Sul Catarinense perderam participação. O PIB do estado segue um padrão muito semelhante ao do Rio Grande do Sul, onde o setor de serviços se destacou em 2011 como o gerador de 50%; a segunda maior participação foi do setor industrial, com 30%, depois os impostos, 15% e por fim o setor agropecuário, com participação de 5%. A mesorregião em questão, a Oeste Catarinense, no mesmo período foi responsável por 45% do PIB agropecuário. O Norte Catarinense e o Vale do Itajaí ficaram com as maiores parcelas do PIB industrial (31% e 27%), além de possuírem uma dinâmica econômica mais diversificada (Deschamps, 2014).

Ao verificar os dados de Santa Catarina, vê-se nitidamente o quanto a procura por oportunidades de trabalho e melhores condições de vida tem feito com que um bom contingente populacional se desloque para o estado. Entre 1986-1991 o número de imigrantes que era 170.304 mil pessoas, passou para 199.653 mil entre 1995-2000, e chegou a 301.341 mil pessoas em 2005-2010, chegando a um saldo migratório positivo de 172.452 mil. Com relação aos emigrantes, a menor perda foi entre 1986-1991, de 125.002 mil habitantes, chegando a 139.667 mil pessoas que optaram por morar em outros estados em 1995-2000, e uma queda em 2005-2010, indo para 128.888 mil emigrantes. Santa Catarina, além de ser um estado que ganha migrantes de outros lugares, também consegue reter a sua população (Deschamps, 2014).

Os imigrantes de outros estados que fixam endereço em Santa Catarina vêm principalmente do Rio Grande do Sul e do Paraná; ambos fazem fronteira com SC e foram 70% de todos os imigrantes no período de 2005-2010. São também os estados que mais recebem os imigrantes catarinenses. A Mesorregião Oeste Catarinense teve um fluxo migratório positivo, recebendo cerca de 43.496 mil imigrantes de outras regiões, ao passo que emigraram 33.388 mil. Deschamps também complementa afirmando que a Mesorregião Noroeste Rio-grandense, no ano de 2010, perdeu para a Mesorregião Oeste Catarinense 10.601 mil habitantes. Da mesma forma, a Mesorregião Oeste Catarinense perdeu 2.098 mil pessoas para a Mesorregião Noroeste Rio-grandense, mostrando a convergência que ambos os territórios possuem, principalmente pela proximidade geográfica (Deschamps, 2014); lembrando que são estas as mesorregiões que estão localizados os municípios do Corede Celeiro e da AMEOSC.

A migração intraestadual totalizou entre 1986-1991 um saldo de 324.299 mil pessoas, aumentando para 383.214 mil em 1995-2000, e 389.700 mil em 2005-2010. A mesorregião que mais recebeu população da Mesorregião Oeste Catarinense em 1986-1991 foi Vale do Itajaí, com 8.295 mil habitantes; em 1995-2000 foi a Mesorregião Grande Florianópolis, com 11.729 mil, e em 2005-2010, foi novamente Vale do Itajaí, com 13.566 mil habitantes oriundos do Oeste Catarinense. De

acordo com Deschamps (2014), o segundo maior quantitativo de imigrantes de todo o estado é da Mesorregião Oeste Catarinense, aspecto que se justifica em virtude de que é uma das mesorregiões mais populosas e com maior número de municípios; por isso, tem um volume relevante de deslocamentos. Outra questão, que o estudo aponta, significativo para as duas regiões (Corede Celeiro e AMEOSC), é que a expressiva quantia de deslocamentos pode estar associada à dinâmica econômica fundiária da região, baseada em pequenas propriedades no meio rural, o que reforça a necessidade de pensar a respeito das dinâmicas econômicas regionais. Esse caminho poderá passar pela especialização das regiões, ultrapassando as fronteiras da agropecuária, agregando valor a produção para reter a população residente, como também atrair novos habitantes que buscam suas viabilidades econômicas e sociais.

Outro ponto que deve ser ressaltado é que, em localidades onde a população idosa cresce, a fecundidade reduz e o fluxo emigratório é frequente, a população economicamente ativa permanente será menor. Tal situação que poderá levar a uma sobrecarga desse contingente, considerando que estes serão a principal mão-de-obra dos municípios e existirá uma maior dependência de pessoas inativas, potencializando o processo de transição demográfica.

4. Considerações Finais

O Brasil passa por uma intensa transformação na sua dinâmica demográfica, especialmente desde a metade do século XX. A queda na fecundidade, com o aumento da expectativa de vida, encaminha o país para o envelhecimento populacional. Os estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, que já possuem um alto contingente de pessoas idosas, além da mais alta esperança de vida ao nascer, alimentam esse estudo, a partir do recorte geográfico eleito: as regiões do Corede Celeiro e AMEOSC.

Nesse sentido, o presente artigo buscou desenvolver uma análise do padrão demográfico das regiões, na intenção de atear luzes sobre de que forma está ocorrendo o processo de transição demográfica, que engloba a redução nas taxas de fecundidade e mortalidade, bem como a verificação do comportamento da população economicamente ativa com relação ao crescimento e ou/decréscimo desse contingente; onde ambas as situações podem estar associadas às migrações internas do país. Para tanto, a partir da metodologia qualitativa, foram utilizados dados secundários oriundos dos Censos Demográficos do IBGE no período correspondente, além de pesquisas anteriores sobre tais regiões, separando a população residente por municípios e grupos etários de 0 a 14 anos, 15 a 64 anos e 65 anos ou mais.

Como resultados, a pesquisa apresenta que houve uma redução significativa da fecundidade nas duas regiões. O Corede Celeiro diminuiu 24,4%, e a AMEOSC 26,5% a população da faixa etária de 0 a 14 anos. Com relação ao grupo de 65 anos ou mais, a situação foi inversa: o Corede Celeiro aumentou 28,6%, e a AMEOSC 49,6%, demonstrando que o processo de transição demográfica nessas regiões está muito acelerado; fato que futuramente poderá refletir no quantitativo de população economicamente ativa, pois, com menos nascimentos e a maior longevidade, a razão de dependência dos idosos será grande, e consequentemente a pressão sobre a PEA terá um impacto muito maior. Com relação a este grupo etário, a região Corede Celeiro reduziu -0,8%, ao passo que a AMEOSC cresceu 12,8%.

A redução da PEA no Corede Celeiro pode ser explicada pela economia regional, que é baseada fortemente na agropecuária, fator que, segundo a literatura exposta neste trabalho anuncia, aumenta a evasão dos habitantes em busca de acesso a um mercado de trabalho mais diversificado e por melhores condições de vida. O aumento da população da região AMEOSC se dá em decorrência do saldo migratório positivo da maior parte dos municípios; entretanto, 4 dos 19 municípios apresentaram perdas, assim como boa parcela da Mesorregião Oeste Catarinense, na qual a AMEOSC faz parte. Tal diminuição também pode ser explicada pelo mesmo motivo que a região Corede Celeiro, tendo em vista que os municípios da AMEOSC apresentam economia voltada à agricultura. Cabe salientar que as Mesorregiões Noroeste Rio-grandense, na qual o Corede Celeiro pertence e a Oeste Catarinense possuem trocas migratórias, ressaltando uma significativa interação entre elas,

principalmente em virtude da proximidade geográfica, o que poderá ser benéfico para o desenvolvimento de ambas as regiões, caso se pense em um planejamento conjunto à longo prazo.

Portanto, recomenda-se a continuidade de pesquisas voltadas à temática, especialmente na região sul do Brasil, tendo em vista que já foi identificado um processo de transição demográfica em curso. Pensando nisso, com a diminuição da taxa de fecundidade e o aumento da expectativa de vida, deve-se direcionar esforços no diálogo e planejamento governamental para pensar políticas públicas que visem otimizar a qualidade de vida da população, principalmente do segmento idoso. Igualmente, é necessário aprofundar os estudos sobre os fluxos migratórios da população economicamente ativa que se verifica, para compreender melhor fenômeno e desvendar as dinâmicas do processo de desenvolvimento regional e suas assimetrias.

Agradecimentos

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

Referências

- Albuquerque, F. R. P. C. & Silva, L. G. C. Tendências dos níveis e padrões de mortalidade e seus diferenciais regionais no período 2000-2030: Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação. In Ervatti, L., Borges, G., Jardim, A. (Orgs.) (2015). *Mudança demográfica no Brasil no início do século XXI: subsídios para as projeções da população*. Rio de Janeiro: IBGE.
- AMEOSC (2019). *Portal oficial da Associação dos Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina*. <https://www.ameosc.org.br/>.
- Bandeira, M. D., Zuanazzi, P. T., Agranonik, M. & Souza, V. R. Uma análise do fluxo migratório no Rio Grande do Sul e suas mesorregiões. In Lou, I. A. C. & Magalhães, M. V. (Orgs.) (2014). *Migrações internas nos decênios 1990 e 2000 em unidades da Federação selecionadas: mudanças e continuidades*. Salvador: SEI.
- Borges, G. M. & Silva, L. O. Fontes de dados de fecundidade no Brasil: características, vantagens e limitações. In Ervatti, L., Borges, G. & Jardim, A. (Orgs.) (2015). *Mudança demográfica no Brasil no início do século XXI: subsídios para as projeções da população*. Rio de Janeiro: IBGE.
- Brasil, Ministério do Desenvolvimento Social (2018). *Estratégia Brasil Amigo da Pessoa Idosa*. Documento técnico. Brasília/DF: Ministério do Desenvolvimento Social. https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/Brasil_Amigo_Pesso_Idosa/Documento_Tecnico_Brasil_Amigo_Pessoa_Idosa.pdf.
- Campos, M. B. & Borges, G. M. Projeção de níveis e padrões de fecundidade no Brasil. In Ervatti, L., Borges, G. & Jardim, A. (Orgs.) (2015). *Mudança demográfica no Brasil no início do século XXI: subsídios para as projeções da população*. Rio de Janeiro: IBGE.
- Carneiro, L. A. F., Campino, A. C. C., Leite, F., Rodrigues, C. G., Santos, G. M. M. & Silva, A. R. A. (2013). *Envelhecimento populacional e os desafios para o sistema de saúde brasileiro*. São Paulo: Instituto de Estudos de Saúde Suplementar (IESS).
- Cervo, A. L. (2007). *Metodologia científica*. (6a ed), Pearson Prentice Hall.
- Costa, A. E. K., Pissaiá, L. F., Ferla, N. J., Moccelin, J. M., Rehfeldt, M. J. H. & Moreschi, C. (2018). Envelhecimento humano: reflexões a partir do diário de campo de um pesquisador. *Research, Society and Development*, 7(1), 01-10, e1571189. <http://dx.doi.org/10.17648/rsd-v7i1.106>
- Deschamps, M. V. Migração em Santa Catarina: espaço atrativo no Sul do país. In Lou, I. A. C. & Magalhães, M. V. (Orgs.) (2014). *Migrações internas nos decênios 1990 e 2000 em unidades da Federação selecionadas: mudanças e continuidades*. Salvador: SEI.
- Ervatti, L., Borges, G. & Jardim, A. (Orgs.) (2015). *Mudança demográfica no Brasil no início do século XXI: subsídios para as projeções da população*. Rio de Janeiro: IBGE.
- Ferreira, R. S. A., Costa, L. C. P., Robustelle, M. M. S. O., Ferst, M. C. & Guerreiro, R. L. S. (2020). Mutações demográficas: considerações relacionadas ao crescimento da população idosa nas mesorregiões do Estado do Amazonas. *Research, Society and Development*, 9(11), 1-15, e63691110326. DOI: <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v9i11.10326>
- Gil, A. C. (2012). *Métodos e técnicas de pesquisa social*. (6a ed), Atlas.
- IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2000). *Censo demográfico do ano de 2000*. <http://www.ibge.gov.br/>.
- IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2010). *Censo demográfico do ano de 2010*. <http://www.ibge.gov.br/>.
- IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2018). *Projeção da população por sexo e idade: indicadores implícitos na projeção 2010-2060*. Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais. <http://www.ibge.gov.br/>.
- IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (1990). *Divisão do Brasil em Mesorregiões e Microrregiões Geográficas*, 1. Rio de Janeiro: Fundação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (FIBGE). Diretoria de Geociências (DGC) e Departamento de Geografia (DEGEO).

Jardim, A. P. & Ervatti, L. R. Migração Interna na primeira década do século XXI: subsídios para as projeções. In Ervatti, L., Borges, G. & Jardim, A. (Orgs.) (2015). *Mudança demográfica no Brasil no início do século XXI: subsídios para as projeções da população*. Rio de Janeiro: IBGE.

Marconi, M. A. & Lakatos, E. M. (2012). *Metodologia do Trabalho Científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos*. (7a ed), Atlas.

Oliveira, S. L. (1997). *Tratado de metodologia científica: projetos de pesquisa*. Pioneira.

Oliveira, A. T. R. (2016). Envelhecimento populacional e políticas públicas: desafios para o Brasil no século XXI. *Espaço e Economia: Revista Brasileira de Geografia Econômica*, (8), 1-21.

ONU, Organização das Nações Unidas (2011). *World Population Prospects: the 2010 revision*. Unites Nations.

Pereira, A. S., Shitsuka, D. M., Parreira, F. J. & Shitsuka, R. (2018). *Metodologia da Pesquisa Científica*. UFSM. https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/15824/Lic_Computacao_Metodologia-Pesquisa-Cientifica.pdf?sequence=1.

Portal do Envelhecimento (2018). *As cidades mais envelhecidas do Brasil*. <https://www.portaldoenvelhecimento.com.br/as-cidades-mais-envelhecidas-do-brasil/>.

Simões, C. C. S. (2016). *Relações entre as alterações históricas na dinâmica demográfica brasileira e os impactos decorrentes do processo de envelhecimento da população*. Rio de Janeiro: IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais. <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=298579>.

Tomé, A. M. & Formiga, N. S. (2020). Teorias e perspectivas sobre o envelhecimento: conceitos e reflexões. *Research, Society and Development*, 9(7), 1-28, e874974589. <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v9i7.4589>